

PANORAMA DOS ATAQUES AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: COLETIVIZAR A RESISTÊNCIA

A convite do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP 12) mobilizo-me na tarefa árdua de escrever sobre a análise de conjuntura política no atual contexto brasileiro pós golpe jurídico-parlamentar-midiático. A dificuldade de objetivar em palavras os últimos acontecimentos reside justamente na dinamicidade e velocidade que estes têm ocorrido. Basta um piscar de olhos e recebemos mais um golpe brutal aos nossos direitos. Por outro lado, visualizo nessa escrita a oportunidade de convidar todas/os as/os profissionais de Psicologia a refletir sobre a necessidade de realizar tais análises cotidianamente.

Em princípio é importante situar que parto do materialismo histórico-dialético para compreensão da realidade, o que implica uma análise histórica, concreta e processual das relações sociais, as quais são forjadas na sociedade de classes, possibilitando a compreensão do movimento e das contradições da realidade. No campo psi, compreendo a constituição de singularidades a partir das relações sociais que estabelecemos na vida. É por meio destas que nos apropriamos da história e da cultura dos povos, de forma

que no processo de constituir-se enquanto sujeito, na internalização das práticas sociais embebidas de significação cultural de um tempo histórico, o sujeito tanto se configura com um ser que é fruto da história e da cultura, como também produz as mesmas de forma ativa, evidenciando o caráter histórico e dialético da compreensão vigotskiana de desenvolvimento humano.

A partir de tais bases, é impossível nos descolarmos da realidade complexa que vivemos. Tampouco é possível afirmarmos uma suposta “neutralidade” em nossas práticas profissionais, haja vista nossa intrínseca e ativa participação na tessitura social. É inegável que nossa atuação, tanto como sujeitos no mundo, quanto como profissionais da Psicologia implicadas/os em movimentos, afecções, interpelações que podem suscitar ressignificações, rearranjos, fortalecimentos e/ou controle, cerceamento, limitações, algumas dentre tantas possibilidades. Em outras palavras, há uma implicação política em toda e qualquer prática psi, pois somos também produtoras/es de subjetividades nos múltiplos contextos de nossa atuação, seja no âmbito privado ou público.

Isto posto, adentremos em alguns retrocessos impostos à todas/os nós, que reverberam em nossas vidas e práticas. Ainda que o Estado se pretenda laico e que as representações parlamentares devam estar a serviço dos povos brasileiros, foi em nome de deus, de suas próprias famílias, e até de torturadores do período da ditadura militar, que foi posto em curso, no ano de 2016, o *impeachment* de uma presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos.

Se mirarmos as características de nossos supostos representantes, eleitos para exercício a partir de 2015, poderemos enxergar o que está além da disputa governamental: 50% dos eleitos têm patrimônio acima de um milhão de reais enquanto 60% da população brasileira ganha em torno de dois salários mínimos; a maioria é masculina e branca - nós mulheres correspondemos à 51% da população, mas na câmara não chegamos a 10%; ainda que a população negra (autodeclarada preta e parda) corresponda à 53% da população, na câmara são apenas 20%; são aproximadamente 900 mil indígenas no país para nenhum no Congresso; mais de 80% dos parlamentares concluíram o ensino superior, enquanto a média nacional de tal formação está em torno de 34%. Por fim, um mapeamento das bancadas atuais da Câmara Federal revela: são 207 parlamentares na ruralista; 197 na evangélica; 208 na empresarial; 226 na de empreiteiras e construtoras; 238 na dos parentes - deputados com familiares políticos; e 38 na bancada da bala - financiada por indústrias de armas e munições .



Foto: Ayrton Cruz

Longe de cair num julgamento simplista de que a responsabilidade dessa composição é somente do povo brasileiro, ressalto que apenas 36 deputados federais foram eleitos diretamente nas urnas, os demais foram eleitos pela proporcionalidade. Acrescentemos um elemento primordial: muitas siglas são dependentes do financiamento empresarial de campanhas, o que implica na cooperação de parlamentares com os interesses de empresários e, inclusive, com o que será pautado na agenda legislativa. Desta feita, passemos aos retrocessos que já estavam em curso e avançaram nas tramitações no Congresso Nacional na esteira do golpe.

Um dos graves retrocessos até o momento foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 241/55 (PEC do fim do mundo), que congela o teto dos gastos públicos com saúde e educação por 20 anos com base no orçamento de 2016, com um discurso oficial falacioso de que só é possível recuperar a economia limitando investimentos públicos em gastos sociais. Isso conflui, na realidade, com a agenda neoliberal em curso no Brasil desde a década de 90. A essa combinação acrescento a reforma trabalhista. Esta prevê que a negociação entre patrão e empregada/o prevaleça sobre a lei, com a possibilidade dos acordos estarem fora do contrato de trabalho; que a justiça seja gratuita em ações trabalhistas somente quando comprovada a pobreza do/a trabalhador/a; a jornada diária pode chegar até 12 horas, não sendo considerados mais o tempo para alimentação, higiene, intervalos para descanso ou troca de uniforme; os empregadores não necessitam mais comunicar ao Ministério do Trabalho quando houver excesso de jornada; o

descanso mínimo para alimentação que era de 1 hora passou para 30 minutos; não há necessidade de pagamento de piso ou salário mínimo, sendo a remuneração por produção; o tempo de deslocamento não é mais considerado parte da jornada de trabalho; mulheres grávidas podem trabalhar em locais insalubres; abriu-se a possibilidade do trabalho intermitente; as terceirizações foram flexibilizadas, entre outros aspectos. Ressalte-se que 1 em cada 3 mudanças apresentadas por parlamentares foram escritas em associações empresariais, deixando ainda mais evidente de quem são os verdadeiros interesses em tal reforma.

Além disso, os Direitos Humanos têm sido gravemente atacados cotidianamente. Os impactos da construção de um país em bases colonialistas e escravocratas repercutem nos corpos da população negra e de diferentes etnias indígenas, que vivenciam um verdadeiro genocídio. Para exemplificar, a cada 100 pessoas mortas no Brasil, 71 são negras; 60% da população carcerária brasileira, que já passa dos 726.000 presos/as, também é negra, evidenciando a seletividade penal da justiça brasileira. E, somente em 2016, foi registrado o assassinato de 118 indígenas. A luta pela demarcação das terras indígenas é incessante já que entra em choque com interesses da bancada ruralista, sendo recorrente o assassinato de lideranças indígenas por perseguição política, e defensores de seus direitos na disputa pela terra. No âmbito urbano territórios demarcados pela pobreza, onde há concentração da população negra, são criminalizados, sofrendo a intervenção desmedida e truculenta dos aparatos militares do Estado, reafirmando que a ditadura só teve fim para alguns setores da sociedade

brasileira .

E não pára por aí. Atualmente lideramos o ranking de assassinato de pessoas trans; a cada 19 horas uma pessoa LGBT é morta ou comete suicídio por motivações homolesbotransfóbicas; uma mulher é morta a cada 2 horas. Se tais índices que atingem o limite da vida são alarmantes, urge a discussão sobre gênero (e a opressão) em distintos espaços da sociedade. Ao contrário disso, em diversos municípios os temas da identidade de gênero e orientação sexual foram excluídos dos planos educacionais.

Há um pacote de projetos em curso que apontam para o desmonte da própria concepção de direitos sociais, previstos na Constituição Federal, já que os dispositivos que vinham garantindo direitos fundamentais estão sendo substituídos por uma lógica privatista, em que trabalhadoras/es deixarão de ter uma relação direta com a gestão pública, e a população terá menos acesso ainda aos direitos mínimos. Em Florianópolis, por exemplo, o atual prefeito colocou em votação em regime de urgência e conseguiu a aprovação do projeto de lei na Câmara Municipal, que permite à prefeitura a contratação de organizações sociais para a administração e gestão dos serviços públicos de saúde e educação, sem estabelecer nenhum diálogo com a população. A quem realmente interessa o desmonte total das políticas públicas e a implementação de políticas de austeridade? Cabe minimamente questionar e analisar quais as perspectivas futuras.

A assistência social, que ainda se consolida como direito universal (que deve ser garantido pelo Estado) com a implementação

do Sistema Único de Assistência Social, já sofre os impactos, tendo o orçamento drasticamente reduzido para o ano de 2018. Associado a isso, assistimos pasmas/os à volta ao “primeiro damismo” com o programa “Criança Feliz” e a perspectiva de ajuda e filantropia, na contramão dos avanços e conquistas históricas no campo da assistência social, bem como retrocessos na garantia de direitos à crianças e adolescentes.

Na saúde mental, o recente repasse de R\$ 87 milhões de reais para comunidades terapêuticas, famosas pelas denúncias de violações de Direitos Humanos, implicará em prejuízos às usuárias/os e profissionais da Rede de Atenção Psicossocial. Além disso, isso significa um retorno a um modelo asilar como central na atenção à usuárias/os, com isolamento e exclusão do convívio social, na contramão da luta antimanicomial. É o investimento público no setor privado, utilizando o sofrimento humano para lucrar.

Se atualmente as psicólogas/os que atuam nas políticas públicas já necessitam ser bastante inventivas/os no atendimento à população dada a precariedade de muitos serviços (falta telefone, computador, internet, carros para visitas domiciliares, acessibilidade, segurança, condições de higiene e salubridade, entre outros), temos um cenário preocupante para a atuação profissional nos próximos períodos, considerando o corte nos investimentos, a opção pela terceirização ao invés da contratação por concurso público, a flexibilização dos direitos trabalhistas e o não acesso da maioria da população a direitos fundamentais como saúde, educação, assistência social e moradia.

Essa conjuntura complexa que vivemos evidencia que os retrocessos e os ataques aos nossos direitos no cenário pós golpe jurídico-parlamentar-midiático vão além de uma mera disputa por cargos de poder. Em realidade, expressam o acirramento da luta de classes e das manifestações das diferentes opressões no seio da sociabilidade capitalista, gerando sérios impactos na classe trabalhadora, nos grupos historicamente oprimidos, em nossa frágil democracia e, inegavelmente, na constituição subjetiva das singularidades.

Minimamente, precisamos tirar alguma lição desse processo: as elites brasileiras “flexibilizam” a democracia para seus próprios interesses, sem pudor algum. Não é necessária uma ditadura militar para que implementem medidas ofensivas contra a classe trabalhadora. Por outro lado, ao passo que avançaram as políticas de austeridade, há forte resistência da classe trabalhadora, da juventude e de diversos setores da sociedade que tomaram as ruas, realizaram mobilizações massivas, paralisações gerais, ocupações, bloqueios de estradas e afins.

Ainda que o cenário pareça desanimador, um exemplo de como uma luta até às últimas

consequências é o que garante conquista, mesmo em tempos difíceis, é a derrota recente do projeto Sampaprev, de reforma da previdência dos servidores municipais de São Paulo. A partir da greve e da ampla mobilização de professores nas ruas, a Câmara e a Prefeitura Municipal foram pressionadas a recuar e retirar o projeto de votação.

Nós, profissionais de Psicologia e sujeitos ativos na construção dessa história, não podemos nos furtar de nos posicionarmos e lutarmos em prol dos Direitos Humanos para todas as pessoas, contra a exploração humana e contra todas as formas de opressão, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e democrática. Concomitantemente, precisamos construir espaços coletivos de fortalecimento entre nós, apostando em encontros que sejam potencializadores de um corpo coletivo capaz de romper com o medo, o desamparo e, ao mesmo tempo, construir práticas emancipatórias e não aprisionadoras. Isso só será possível se estivermos atentas/os e em diálogo com as vozes de afrontamento e resistência, realizando análises cotidianamente e construindo coletivamente as lutas.

Tatiana Minchoni - Poeta em construção, cursa doutorado em psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, na área de práticas culturais e processos de subjetivação, tendo como foco de estudo o Coletivo Sarau do Binho. Construiu a experiência em docência no ensino superior, lecionando na Universidade Potiguar, por mais de quatro anos e coordenando um Núcleo de Psicologia Social Comunitária (2012-2014). É membro do Observatório da População Infanto-Juvenil (OBIJUV/UFRN) em contexto de Violência e do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA/UFSC).

